

ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL – O ESTADO DO CONHECIMENTO: histórias e memórias no Ceale/FaE/UFMG

Francisca Izabel Pereira Maciel¹

Juliano Guerra Rocha²

Eixo temático: 2 – Alfabetização e história.

Resumo: Neste artigo, apresentam-se aspectos das histórias e memórias da pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (ABEC), iniciada nos anos de 1980, sob a coordenação da Professora Magda Becker Soares. O trabalho apresenta os desdobramentos da ABEC ao longo de quatro décadas e contextualiza a etapa atual da pesquisa.

Palavras-chaves: alfabetização; Brasil; estado do conhecimento.

1 Introdução

Este texto tem como objetivo principal analisar o percurso histórico da pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (ABEC), abrigada no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Faculdade de Educação (Fae), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre os anos de 1980 e 2021. Como desdobramento desse objetivo, pretendemos historiografar sua constituição, desenvolvimento e permanência ao longo de quatro décadas, investigar suas contribuições para o campo das pesquisas sobre alfabetização no Brasil, além de apresentar a etapa atual em que ela se encontra.

A ABEC se iniciou em meados dos anos de 1980, sob a coordenação de Magda Becker Soares, professora da Faculdade de Educação/UFMG. Fez parte de um projeto mais amplo, cujo objetivo era realizar um estado da arte de temas

¹ Doutorado em Educação pela UFMG. Professora Titular da FaE/UFMG. Pesquisadora do Ceale. Contato: emaildafrancisca@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela UFU. Professor das redes de ensino municipal e estadual de Itumbiara/Goiás. Contato: professorjulianoguerra@gmail.com.

educacionais, compondo a Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação (Reduc). O projeto da Reduc, financiado inicialmente pelo MEC/INEP, envolveu várias universidades e pesquisadores, gerando publicações diversas nos anos de 1980-90.

Em geral, as pesquisas estado da arte são coordenadas por renomados especialistas dos temas a serem inventariados. E coube a especialistas, convidados pela Reduc e o INEP, organizar o modo como iriam realizar o levantamento e análise dentro do seu campo de atuação, análise que envolveria a elaboração criteriosa de categorias e, conseqüentemente, um balanço crítico de pesquisas na área da educação no Brasil, entre as quais está “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” .

A primeira etapa da ABEC compreendeu uma análise de artigos a respeito de alfabetização publicados em periódicos especializados no Brasil, isto é, revistas que apresentavam um número significativo de publicação sobre alfabetização, assim como de pesquisas acadêmicas resultantes de dissertações; teses de doutorado, livre-docência e de cátedra, no período de 1954 a 1986. A publicação de Soares (1989) foi o primeiro relatório da ABEC. Tendo sido ampliada, a pesquisa gerou um segundo relatório, publicado em 2000 (SOARES; MACIEL, 2000). Já esse relatório teve um novo recorte temporal (1961 a 1989) e dele não fizeram parte os artigos em periódicos especializados.

Essas duas publicações vêm sendo citadas e referenciadas em diferentes estudos, tornando-se patente assim o caráter original da pesquisa e sua influência no campo de investigação sobre a alfabetização no Brasil no decurso das duas décadas do século XXI. Com a aposentadoria de Magda Soares no final dos anos de 1990, na UFMG, Francisca Izabel Pereira Maciel assumiu a coordenação da pesquisa ABEC. Logo, diante da continuidade dessa investigação, Maciel lidera um grupo de pesquisa ABEC desde 2006, cadastrado no CNPq e congregando pesquisadores de diferentes Universidades do país.

Partindo desse breve panorama, pretendemos analisar três grandes períodos da pesquisa “Alfabetização no Brasil”. O primeiro se estendeu entre os anos de 1980, quando foi lançada a sua primeira publicação com os resultados iniciais da investigação (SOARES, 1989); o segundo período, entre os anos de 1990 a 2000,

culminando com a segunda publicação (SOARES; MACIEL, 2000); o terceiro período, em curso, abarca de 2001 até a atualidade, em que pesquisas e publicações utilizaram o inventário da ABEC para engendrar análises específicas sobre determinados temas relacionados à alfabetização.

Desse modo, questionamos: quais as principais características da ABEC em cada um dos períodos de sua história? Quais as contribuições da ABEC para o campo das pesquisas sobre alfabetização no Brasil? Qual o estágio atual dessa pesquisa?

Vale registrar que a história da ABEC é também parte da história do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) na UFMG. A criação do Ceale se confunde com o desenvolvimento dessa investigação e do acervo que por ela vem sendo constituído. Era e continua sendo um acervo único no país de exemplares de artigos, teses e dissertações xerografados e outros microfilmados sobre o estado do conhecimento da alfabetização no Brasil. Passados 40 anos do início dessa pesquisa pioneira, trazemos aos leitores um pouco de suas histórias e memórias.

2 ABEC na década de 1980

Como disposto na primeira publicação, Soares (1989) apresenta uma análise da produção acadêmica e científica sobre alfabetização no Brasil no período de 1954-1986. Tal recorte se justificou por, dentro dos critérios definidos pela pesquisa, ser datado de 1954 o artigo mais antigo encontrado sobre alfabetização publicado em periódico especializado na área da educação e por 1986, data do fechamento, ser o ano de demarcação final do levantamento feito a respeito das produções sobre alfabetização. Entre os textos analisados na primeira etapa da pesquisa estavam os artigos de periódicos especializados, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livre-docência e de cátedra.

A ABEC, na sua primeira etapa, contou com uma Equipe de Pesquisa coordenada por Magda Soares, tendo a Consultoria de Laura da Veiga (Tipologia de Pesquisa) e Maria das Graças de Castro Bregunci (Vertentes da Psicologia). As Auxiliares da Pesquisa foram Francisca Izabel Pereira Maciel, enquanto bolsista de aperfeiçoamento do CNPq, e as alunas do Mestrado em Educação da UFMG: Júlia Maria Figueiredo Monteiro, Leiva de Figueiredo Viana Leal, Maria Lúcia Castanheira e Valéria Barbosa de Resende.

Mais do que um número avolumado de produções inventariadas entre 1954 a 1986, Soares (1989, p. 5) explicitou a ampliação de “enfoques e perspectivas” do fenômeno da alfabetização naquele período. No total foram analisados, conforme se vê na tabela abaixo, 184 textos:

Tabela 1. Textos sobre alfabetização analisados em Soares (1989)

Texto	Quantidade
Dissertação	67
Tese doutorado	6
Tese livre-docência	1
Tese cátedra	1
Artigo	109
Total	184

Fonte: Soares (1989, p. 13).

Por se tratar de um projeto pioneiro no Brasil, a dificuldade de acesso aos textos foi um dos maiores desafios enfrentados. Realizar o levantamento das principais revistas, hoje mais conhecidas como periódicos, que publicavam artigos sobre alfabetização e, posteriormente, definir os critérios para sua inclusão foi uma etapa do desenvolvimento da investigação que demandou tempo e levantamento da periodicidade em que o tema era abordado. O critério foi inicialmente quantitativo, ou seja, as revistas com maior número de publicações foram inseridas no *corpus* a ser analisado, tomando como referência, especialmente, a “lista básica de publicações periódicas brasileiras na área da educação” produzida por Neri e Alvarado (1983).

Outra etapa bem desafiadora foi identificar as teses e dissertações em um período em que somente o CNPq dispunha dessas informações. Os grandes blocos impressos de listagens recebidos do CNPq eram compostos por títulos de pesquisas de todas as áreas do conhecimento. Era preciso realizar um “pente fino” para identificar as pesquisas produzidas sobre alfabetização, cuja relação se misturava àquelas dos programas de pós-graduação das outras áreas, como medicina, engenharia, veterinária, letras, psicologia etc. Nesses imensos blocos, encontrar as pesquisas sobre alfabetização era como buscar “agulhas em palheiros”. Essas

preciosas agulhas eram refenciadas e na etapa seguinte tratava-se de solicitar a compra do exemplar em que o trabalho estava depositado, geralmente na biblioteca da instituição do Programa de Pós- Graduação. As teses e dissertações eram adquiridas através do Selo Comut (Comutação Bibliográfica), uma parceria entre bibliotecas, de modo que era possível solicitar cópias impressas dos exemplares desses trabalhos acadêmicos. Os custos eram elevados e havia um longo tempo entre a solicitação (que se concretizava a partir da comunicação entre as bibliotecas universitárias envolvidas) e a chegada do material impresso, via correios, para que o texto fosse analisado.

Para organização do primeiro relatório da ABEC, foram longos os debates de Soares com outros pesquisadores, colegas das áreas de Letras, Psicologia e Educação, para discutir e refinar as categorias de análise, tais como os referenciais teóricos, o tipo de pesquisa, o ideário pedagógico etc. Quanto ao tema, devido à abrangência da alfabetização, foram necessários recortes. A especificidade da alfabetização de adultos, por si, já demandava outro tipo de análise e pesquisa. Como essa questão estava dentro de um tema mais amplo relativo à Educação de Jovens e Adultos e também de um projeto demandado pela Reduc/INEP, a questão da alfabetização desse público não fez parte da ABEC. A temática acerca das políticas públicas sobre alfabetização também não foi contemplada, uma vez que os documentos oficiais não foram uma fonte analisada. A educação pré-escolar não foi incluída no conjunto das produções analisadas. À época, tratava-se de um segmento em início de ampliação na esfera escolar brasileira e era visto como um “período preparatório” para a alfabetização. Preparatório, no sentido de treinamento motor e, portanto, não abordava o sistema de escrita como etapa de desenvolvimento do processo e aprendizado inicial da leitura e da escrita. As produções que se referiam à alfabetização fora do espaço escolar e/ou de forma individualizada não foram contempladas, como, por exemplo, alfabetização em clínicas, alfabetização de uma criança em espaço não escolar, alfabetização em escolas especiais etc. O objetivo da ABEC foi analisar produções sobre alfabetização ocorridas ou que referenciavam questões do espaço escolar e em turmas regulares na escola comum.

Dentro os principais resultados do primeiro momento da ABEC, pode-se destacar alguns aspectos relevantes. Entre os temas identificados na produção sobre

alfabetização no Brasil entre 1954 a 1986, foram criadas 15 categorias: proposta didática; prontidão; dificuldades de aprendizagem; concepção de alfabetização; método; determinantes de resultados; caracterização do alfabetizador; sistema fonológico/sistema ortográfico; cartilhas; avaliação; formação do alfabetizador; língua oral/língua escrita; conceituação de língua escrita; letra de forma/letra cursiva; literatura para alfabetizandos (SOARES, 1989, p. 17). A questão da proposta didática e do método de alfabetização totalizou mais de um quarto da produção acadêmica analisada, revelando que havia uma preocupação dos pesquisadores em relação ao que Soares (1989, p. 18) denominou de “paradigmas didáticos para a alfabetização”, ou seja, como *ensinar* a criança a ler e escrever.

3 ABEC entre os anos de 1990 a 2000

A pesquisa ABEC, diferentemente das outras finalizadas ao término do Projeto Reduc/INEP, teve continuidade, já que Magda Soares queria levar adiante a atualização das pesquisas sobre alfabetização, seu investimento profissional na área e os conhecimentos que seriam produzidos ao longo dos anos após a primeira publicação da pesquisa estado do conhecimento sobre alfabetização no Brasil.

Soares (1989) teve um posicionamento diferente em relação ao uso do termo estado *da arte*, desde o início, propondo realizar um levantamento e estudo sobre o estado *do conhecimento* sobre alfabetização no Brasil. Para a autora, o estado da arte deveria abranger e ampliar o escopo do material a ser analisado, incluindo livros, documentos oficiais, relatórios de pesquisa, artigos, teses, dissertações. Diante da abrangência do escopo, o cronograma para realização do projeto, as dificuldades de acesso aos materiais, definiu que seriam analisados, como visto, os artigos de revistas com publicações periódicas sobre a temática da alfabetização e as pesquisas em teses e dissertações. Portanto, com a exclusão dos livros, relatórios de pesquisas e documentos oficiais, utilizou o termo estado do conhecimento como o mais adequado à sua proposta de análise e recorte aos materiais a serem analisados.

O termo estado do conhecimento utilizado por Soares (1989) veio a calhar, pois o segundo momento de desenvolvimento da pesquisa “Alfabetização no Brasil” marca um novo recorte na produção analisada, que culminou na publicação de Soares e Maciel (2000). Na segunda fase da pesquisa, contou-se com a colaboração de três

bolsistas de Iniciação Científica do CNPq e uma estagiária do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale): Daniela Silva Bergo, Janaína Soares, Juliana Machado Rocha e Simone Carvalho.

Em Soares e Maciel (2000), o recorte temporal da análise compreendeu os anos de 1961 a 1989, uma vez que 1961 foi a data da defesa de tese de Pavão (1961) para um concurso de cátedra, cujo tema abrangia questões relativas à alfabetização. Nessa nova etapa da pesquisa foram excluídos os artigos publicados em periódicos. A razão maior para essa exclusão foi a abrangência textual dos artigos ser muito diversa, não só na tipologia textual, mas também na sua extensão e tipo de análise sobre a temática alfabetização. Eram textos que muito se diferenciavam das pesquisas acadêmicas, em sua maioria breves relatos de experiências. Outra razão que levou à priorização da análise apenas das teses e dissertações se deveu ao crescimento dos programas de pós-graduação e conseqüente aumento da quantidade desses trabalhos acadêmicos. Até o ano de 1986, conforme explicita Soares (1989), havia 19 programas de pós-graduação que contavam entre as suas produções pesquisas com a alfabetização como objeto de investigação. Já em Soares e Maciel (2000) foram inventariadas 27 instituições brasileiras com 219 teses e dissertações sobre alfabetização produzidas até 1989 e incluídas no banco de dados.

Tabela 2. Teses e dissertações sobre alfabetização analisadas em Soares e Maciel (2000)

Texto	Quantidade
Dissertação	182
Tese doutorado	30
Tese livre-docência	6
Tese cátedra	1
Total	219

Fonte: Soares e Maciel (2000, p. 12).

Em relação à primeira publicação da ABEC, percebe-se que houve um aumento considerável em relação ao número de teses de doutorado e dissertações de mestrado, sendo 70% delas advindas de programas de pós-graduação em Educação (SOARES; MACIEL, 2000, p. 10). Em relação aos temas privilegiados nesses

trabalhos, foram incorporadas duas novas temáticas que não estavam em Soares (1989): “Leitura” e “Produção de texto”. Além disso, duas temáticas anteriormente abordadas, nesse novo relatório da ABEC foram excluídas (Letra de forma/ letra cursiva e literatura para alfabetizandos), uma vez que só eram exploradas em textos publicados em periódicos especializados.

Diferentemente da primeira etapa da pesquisa, o tema “determinantes de resultados” foi o mais frequente nos textos analisados, totalizando 22% daqueles abrangidos pela investigação. Soares e Maciel (2000) argumentam que tal fato “se explica por ser a alfabetização ainda pouco pesquisada devido a sua complexidade em seus múltiplos fatores”, sendo que os determinantes de resultados englobam textos que “indicam, descrevem, investigam fatores responsáveis pelo sucesso ou fracasso da criança na aprendizagem da leitura e da escrita” (SOARES; MACIEL, 2000, p. 16-17).

Outro fato bem intrigante é o número de textos sobre os “métodos de alfabetização” ter decrescido em relação ao tema “proposta didática”. Para isso, as autoras aventam como explicação que os debates sobre a questão do fracasso na alfabetização colocavam sob suspeita os métodos tradicionais para o ensino da leitura e da escrita no Brasil.

4 ABEC de 2001 à atualidade

No decurso do século XXI, com a expansão da pós-graduação no Brasil e o conseqüente aumento da produção de dissertações e teses, a falta de financiamento, o alto custo para reproduzir cópias xerografadas desses trabalhos, bem como a ausência de recursos para manutenção do banco de dados foram fatores que levaram a ABEC a sofrer várias interrupções. Entretanto, há que se registrar que, no que denominamos de terceiro período da história dessa pesquisa, compreendemos que os dois relatórios completos publicados pela ABEC foram referenciados em diferentes trabalhos acadêmicos, que justificavam seus objetos de estudos em virtude da ausência ou das lacunas das investigações sobre algum tema relativo à alfabetização. Caso exemplar é o das pesquisas históricas sobre alfabetização. A pesquisa de Soares (1989), posteriormente ampliada em Soares e Maciel (2000), na época, evidenciaram, dentro dos limites de suas abordagens, a produção tímida e recente

sobre a perspectiva histórica da alfabetização até os anos de 1980, fato esse que encabeçou várias justificativas de pesquisas brasileiras.

O terceiro momento da pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento”, tem se organizado em torno de investigações a partir do foco de interesse de seus pesquisadores sobre algum tema específico, como pode ser exemplificado com a tese de doutorado de Monteiro (2018), em que a autora, consultando o acervo da ABEC, faz um estudo bibliográfico sobre as pesquisas acerca da formação continuada de professoras alfabetizadoras, compreendendo “os significados por elas atribuídos aos cursos sobre alfabetização e letramento” (MONTEIRO, 2018, p. 13).

No último levantamento do acervo da ABEC, Maciel (2019) apontou dados preliminares sobre o número de produções acadêmicas catalogadas até 2019: “cerca de 1.924 teses e dissertações produzidas sobre alfabetização de crianças no ensino fundamental, ao longo de 40 anos” (MACIEL, 2019, p. 59). E destaca a produção de teses e dissertações sobre um dos programas nacionais de maior repercussão no desenvolvimento profissional da alfabetização no Brasil, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que, sozinho, gerou 460 teses e dissertações.

Atualmente, a Base da ABEC está em processo de remodelagem do Banco de Dados, no intuito de publicizar um Portal com uma análise descritiva das teses e dissertações sobre alfabetização produzidas no país.

5 Considerações Finais

A urgência em se destacar a história da ABEC no cenário brasileiro se deve ao contexto educacional instaurado pela Política Nacional de Alfabetização (PNA). Desde o seu lançamento, diferentes professores e pesquisadores em todo o Brasil se manifestaram publicamente contra essa “política”³. Maciel (2019) alertou sobre o painel de “Especialistas colaboradores” que auxiliaram na redação do documento. Dos 21 especialistas, 13 são da área da Psicologia. Além disso, houve uma ênfase nos referenciais estrangeiros para sustentar a tese de que “a alfabetização baseada em evidências científicas” se fundamenta em “ramos das ciências que *mais contribuíram*

³ Cf. Dossiê “Política Nacional de Alfabetização em foco: olhares de professores e pesquisadores”, na *Revista Brasileira de Alfabetização* (n. 10, 2019, Edição Especial), organizado por Isabel Cristina A. da Silva Frade e Sara Mourão Monteiro.

nas últimas décadas para a compreensão dos processos de leitura e de escrita” (BRASIL, 2019, p. 20, grifos nossos).

Maciel (2019) problematizou a desconsideração que o documento fez dos estudos brasileiros sobre alfabetização. Há, no Brasil, uma produção robusta de teses e dissertações produzidas acerca dessa temática, que foram “apagadas” ou “silenciadas” na PNA. Com base nisso, visando publicizar e reunir dados das investigações brasileiras sobre alfabetização, a pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” foi retomada em 2020, para demonstrar, mais do que nunca, que a alfabetização é “um processo muito complexo”, conforme adverte Soares (2015). Essa complexidade é fator determinante para compreensão do fenômeno da alfabetização em interface/diálogo com diferentes áreas de pesquisas do campo científico e acadêmico.

Referências

BRASIL. **PNA – Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. MONTEIRO, Sara Mourão (Orgs.). Dossiê “Política Nacional de Alfabetização em foco: olhares de professores e pesquisadores”. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), 2019.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 58-59, 2019.

MONTEIRO, Márcia Helena Nunes. **Análise de teses e dissertações que privilegiam as vozes de professoras alfabetizadoras sobre seu processo de formação continuada**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

NERI, Lídia Alvarenga; ALVARADO, Rubén Urbizagastegui. Lista básica de publicações periódicas brasileiras na área da educação: um estudo bibliométrico para nova fase da Bibliografia Brasileira de Educação – BBE. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, p. 81-89, fev. 1983.

PAVÃO, Zélia Milléo. **Contribuição estatística ao estudo da maturidade necessária a aprendizagem da leitura e escrita**. Tese (Cátedra de Estatística Geral e Aplicada) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1961.

SOARES, Magda. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília, DF:

INEP; Santiago: REDUC, 1989.

_____. **Magda Soares responde. Entrevista com Magda Soares.** Site: Ceale. 2015. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/magda-soares-responde2.html>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

_____; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento.** Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED, 2000.